

Entrevista M.L.P.

Journal do Fundação

Fundação Cuidar o Futuro



16-11-84



JORNAL DO FUNDADO



DIRECTOR ANTÓNIO PAULOIRO

BISSEMANÁRIO

ANO 39.º — N.º 1978 — 16 DE NOVEMBRO DE 1984 — 25500

«A verdade,
só a verdade,
toda
a verdade»

JF
pergunta

Iniciamos hoje, com Maria de Lourdes Pintasilgo, uma série de entrevistas destinadas a saber, de personalidades de diversos quadrantes políticos, que perspectivas restam a este país ou apenas a esta região.

Gostaríamos que os nossos leitores nos dissessem quem desejariam ouvir e acerca de quê.



Lourdes Pintasilgo ao JF

«Beira Interior:
região problema
onde
o desenvolvimento
é viável»

Numa extensa entrevista ao nosso jornal, Maria de Lourdes Pintasilgo percorre uma vasta gama de questões. Considerando a Beira Interior uma «região problema» de potencialidades ainda não aproveitadas, acredita que o desenvolvimento só pode começar localmente. Apostando nas capacidades individuais e colectivas; assegura que o desenvolvimento glo-

bal não é possível sem o progresso de todas as regiões do país. Toca fundo nos problemas da **diáspora portuguesa** e afirma que os emigrantes portugueses deveriam participar nas eleições presidenciais. A dimensão da prática política exige, ao mesmo tempo, um aprofundamento cultural e uma estreita ligação ao quotidiano.

CENTRAIS



Maria de Lourdes Pintasilgo ao JF

O fim da acção política: o bem das pessoas e o serviço da comunidade



DESENVOLVIMENTO REGIONAL E REGIONALIZAÇÃO: PARA QUE AS COISAS POSSAM MUDAR

Entre a classe política portuguesa, Maria de Lourdes Pintasilgo é uma das personalidades que mantém um inegável prestígio e uma popularidade comprovada. Ultimamente a ex-primeiro-ministro de um Governo presidencial (Agosto de 1979 a Janeiro de 1980) e antiga embaixatriz de Portugal na Unesco, actual conselheira do General Ramalho Eanes, uma das fundadoras e dirigente do Graal em Portugal e eleita, em 1954, presidente da juventude universitária católica, com a sua provável candidatura às eleições presidenciais de 1985 emergiu de um discreto ostracismo.

Esta mulher, não enquadrada em nenhum dos partidos existentes e com uma posição crítica face a uma «partidocracia» que tudo parece corroer, acredita num projecto de sociedade em que seja possível dinamizar os cidadãos. Nem neutra nem apolítica, Lourdes Pintasilgo canaliza as suas energias e objectivos para campos onde a política «tradicional» se move com pouco à-vontade. E isso inquieta muita gente: dificilmente aceitam que a reflexão cultural se apoie numa «melhor compreensão dos problemas do dia-a-dia».

Disso, e de outros temas que estão muito próximos da nossa realidade regional, falámos com a eng.ª M. Lourdes Pintasilgo.

começar localmente. E tanto assim é que muitas das acções que mais directamente beneficiaram as populações nos últimos dez anos ficaram a dever-se à iniciativa das autarquias locais. Estou a pensar sobretudo em acções ligadas às condições de vida: foi no abastecimento domiciliário de água, no saneamento básico, na abertura e melhoria de estradas, na construção de novos bairros, que o esforço e o dinamismo das autarquias mais se fez sentir.

Mas não basta a boa vontade e a dedicação dos autarcas. São precisos meios — técnicos e financeiros. Impõe-se por isso, a meu ver, uma «nova» lei de finanças locais, que procure evitar que os governos «descentralizem» a crise para o poder local. É claro que não ignoro a revisão relativamente recente da lei das finanças locais, mas receio bem que tudo tenha ficado como anteriormente no que respeita às disponibilidades financeiras das autarquias. Outro facto fundamental no reforço dos meios do poder local é a regionalização; o processo da sua institucionalização permitiria definir um quadro de novas e mais claras funções para o poder local e, assim, contribuir para o alargamento do seu campo de acção em matéria de investimento e de reforço das condições para o desenvolvimento.

As Sociedades de Desenvolvimento Regional são exemplos de instituições que podem ajudar de modo decisivo o poder local a fazer face aos problemas técnicos que necessariamente se põem na execução de projectos de desenvolvimento.

JF — E podem os cidadãos, mesmo a título individual, participar nesse processo?

MLP — Sem dúvida. O processo de desenvolvimento não pode sequer existir sem a participação decidida dos cidadãos nas várias esferas de acção e de influência a que estão ligados.

De restó, quem, melhor do que os cidadãos, pode avaliar o que vai ser a agricultura de montanha e os passos a dar nessa direcção, pode aproveitar as técnicas milenárias de produção de energia existentes em certos aglomerados populacionais da região ou pode levar a

cabo, de forma concertada, as operações de abertura de estradas nos pinhais?

JF — Mas nem todos os problemas dependem da iniciativa dos cidadãos...

MLP — Pois não. É certo que as necessidades da Beira Interior são muito grandes e se situam a níveis que têm que ver com as próprias condições de sobrevivência das pessoas. Sem falar já da enorme dificuldade de acesso aos cuidados de saúde numa região montanhosa e de densidade de população de cerca de 35 habitantes/km², nem da taxa de mortalidade infantil que atinge 40/mil. É certo que os cuidados primários de saúde a nível preventivo se encontram dificultados pelo facto de as condições de alojamento serem extremamente precárias para grandes grupos populacionais. De facto «brada aos céus» que nesta década de 80 ainda tenhamos, p.ex. no distrito da Guarda, 48% dos alojamentos sem água canalizada, 67% sem casa de banho, 16% sem energia eléctrica e que, no distrito de Castelo Branco os índices sejam quase idênticos, i.e. 43% dos alojamentos sem água canalizada, 61% sem casa de banho e 25% sem energia eléctrica.

Que podem os cidadãos fazer perante tão gritantes carências? Em primeiro lugar, organizarem-se para tornarem bem conscientes essas carências e definirem em conjunto as acções necessárias para lhes fazer face. Em segundo lugar, provocarem através de todas as forças vivas da região, acções de solidariedade a que o espírito empreendedor que caracteriza os seus habitantes não pode deixar de corresponder de forma original.

EMIGRAÇÃO, RETORNO E ELEIÇÕES: O DIREITO DE ESTAR LIGADO AO PAÍS

JF — Sendo uma região de forte incidência emigratória, especialmente para a Europa, e prevendo-se um regresso ainda que gradual, como antevê a contribuição dos emigrantes num possível desenvolvimento integral da Beira Interior?

MLP — Lembro-me das palavras que uma escritora portuguesa, a Teolinda Gersão, põe na boca de emigrantes num dos seus romances: «Foi de outro país que vi o meu país. Fomos lá fora buscar as nossas mãos.» Para mim estas frases dizem muito do que representa a nova realidade que o emigrante é e da riqueza humana que traz consigo.

Mas é certo que não temos sabido acarinhar estes valores novos nem estimular a inserção da força que constituem no desenvolvimento do nosso país.

Porquê? Talvez porque tem faltado aos responsáveis a visão política para encaixarem medidas concretas tendentes a reconhecer esse valioso potencial humano e de trabalho e a promover a sua integração num projecto de desenvolvimento nacional.

É preciso aproveitar essa enorme força cultural e económica, enriquecida com métodos e tecnologias diferentes, com outros modos de viver, com outras experiências de convívio e trabalho. A sua vida, quase sempre tão árdua noutros países, dá-lhes a possibilidade de valorizarem o que de tradicional e bom existe na sua região. E a ela trarão a iniciativa e a técnica que em outras terras desenvolveram.

JF — Acha que é nesse sentido que se processa o retorno?

JF — Hoje, e cada vez com maior empenhamento, na Beira Interior como noutras regiões, se proclama a necessidade de implantar um «autêntico» desenvolvimento regional. E, no entanto, o poder central e os vários Governos que vão passando, apesar de anunciarem o propósito de avançar com a regionalização, parecem continuar a apostar no crescimento de assimetrias seculares. O que pensa desta situação?

MLP — Considero-a uma situação insustentável, já que ano após ano, década após década, vamos assistindo a um agravamento dos desequilíbrios regionais, a um distanciamento cada vez maior entre as condições de vida no «litoral» e no «interior».

Sem o esteio de uma regionalização forte e de uma política de desenvolvimento regional

em relação a Lisboa; o frequente devastamento da zona do Pinhal pelos incêndios e a possibilidade de estabelecer formas viáveis de limpeza do pinhal, de acesso a todas as zonas e de aproveitamento dos seus produtos, não são decerto problemas fáceis mas são problemas para os quais a vontade conjugada de todos pode encontrar soluções de grande interesse social e económico.

JF — Como vê, neste contexto, a regionalização?

MLP — A regionalização fornece a dimensão geográfica adequada e o desejável equilíbrio entre a homogeneidade e diferenciação de interesses para os cidadãos poderem exercer o controle social dos recursos naturais e do património e bens culturais existentes na região.

A regionalização, que supõe uma devolução do poder às po-

BEIRA INTERIOR: REGIÃO PROBLEMA ONDE O DESENVOLVIMENTO É VIÁVEL

JF — Segundo julgamos saber, a sr.ª eng.ª está, de algum modo, ligada a esta região. Pelo menos por laços familiares. E enquanto exerceu funções de Primeiro-Ministro visitou algumas zonas da Beira Interior. O que lhe diz este espaço geográfico e humano a que Oliveira Martins chamou de «coração de Portugal»?

MLP — Começarei então pelo que me diz o coração...

Dos meus avós e antepassados paternos que labutaram durante várias gerações na cidade que foi a «Manchester Portuguesa» vem-me, possivelmente, o gosto do trabalho, o espírito de iniciativa, o prazer do convívio nos longos serões de inverno à volta de uma braseira, a força para procurar soluções às questões difíceis do dia-a-dia. Mas daqui me vem também o ambiente que me é mais natural — férias de juventude em vários pontos da zona do Pinhal, férias na idade adulta no sopé da Serra entre penhascos, eucaliptos e pinheiros numa força de natureza que me revigorava e me enchia os olhos e o espírito, com amigos de outros países a entenderem esta linguagem da terra antes de compreenderem as palavras da língua portuguesa... E daqui me vem o alvoroço do regresso à Pátria, sempre que no velho Sud-Expresso entrava por Vilar Formoso e via desfilar os pinheiros, as giestas, os montes agrestes e, lá no fundo, escorria um fio de água...

JF — São sobretudo laços afectivos que a prendem a esta região...

MLP — Não só. Interessa-me também o desafio que esta região representa. É uma «região-problema» nas suas características de região deprimida e de região sub-desenvolvida. Mas essa sua situação não impede que seja a única região do

país sobre a qual existe um grande consenso no que respeita ao seu processo de desenvolvimento e às políticas a seguir ou às opções a levar a cabo. Desde o III Plano de Fomento (1969/73) e dos trabalhos de Política de Ordenamento do território até hoje, se vêm preconizando acções como a reconversão do sector têxtil, o plano integrado da Cova da Beira e as acções complementares nos domínios da rega e das novas culturas agrícolas, a diversificação do tecido industrial, o aproveitamento dos recursos minerais existentes e a dinamização dos principais centros urbanos.

JF — Mas esse consenso sobre as acções a desenvolver não significa que elas se tenham de facto realizado...

MLP — Pois não. Talvez porque têm faltado as condições de determinação política e de organização administrativa que possibilitariam o arranque de um novo surto de desenvolvimento nesta região. É que, sendo embora uma «região-problema», a Beira Interior tem um potencial seguro de desenvolvimento. A Beira Interior tem recursos humanos e naturais suficientes, tem uma tradição industrial e uma capacidade empresarial de importância, tem possibilidades de renovação agrícola com a utilização de tecnologias alternativas e de aproveitamento de algumas indústrias alimentares tradicionais, tem sobretudo a vontade das suas gentes.

Com tanta riqueza potencial, posso garantir que o processo de desenvolvimento endógeno é viável e que a vida das suas populações pode mudar. De resto tal possibilidade ficou amplamente demonstrada no decurso das «Jornadas da Beira Interior» que, sob os auspícios do vosso Jornal, se realizaram no passado mês de Maio.

- SENDO UMA «REGIÃO-PROBLEMA», A BEIRA INTERIOR TEM UM POTENCIAL SEGURO DE DESENVOLVIMENTO.
- A REGIONALIZAÇÃO, QUE SUPÕE UMA DEVOLUÇÃO DO PODER ÀS POPULAÇÕES DA REGIÃO E AOS SEUS ÓRGÃOS PRÓPRIOS, É UMA CONDIÇÃO PARA QUE AS COISAS MUDEM.
- IMPÕE-SE UMA «NOVA» LEI DAS FINANÇAS LOCAIS, QUE PROCURE EVITAR QUE OS GOVERNOS «DESCENTRALIZEM» A CRISE PARA O PODER LOCAL.
- HÁ QUE ESCLARECER OS EMIGRANTES QUANDO REGRESSAM TOMANDO-OS COMO SÃO: UMA FORÇA SOCIAL CHEIA DE POTENCIALIDADES E AINDA CAPAZ DE TER UMA NOVA ETAPA DA VIDA PRÓSPERA E FELIZ.
- A GESTÃO DAS COISAS PÚBLICAS É, NOS NOSSOS DIAS, UMA TAREFA QUE REQUER CONHECIMENTO EXACTO DAS COISAS E DOS FACTOS, ESPÍRITO CIENTÍFICO E ORGANIZADO, CULTURA APTA A CRIAR NOVAS SOLUÇÕES.

clara, estamos a comprometer não só o progresso da Beira Interior mas também o desenvolvimento do país como um todo. É que não pode haver desenvolvimento global e integral sem o progresso de todas as regiões do país.

Há na Beira Interior problemas específicos que têm hoje soluções possíveis. A erosão da zona de montanha e a urgência da reconstituição de uma flora natural; a dispersão das culturas na Cova da Beira e a necessidade de determinar o complexo agrícola e agro-industrial que garantirá a autonomia da zona

pulações da região e aos seus órgãos próprios, é uma condição para que as coisas mudem. É, de forma inequívoca, uma condição para o desenvolvimento.

JF — Mas com alcance político, não?

MLP — Claro! Porque é também, e do mesmo passo, uma via indispensável para o aprofundamento da democracia. Permite e exige uma maior participação dos cidadãos na tomada de decisões que a eles dizem directamente respeito. E um maior controle do exercício do poder político.

CIDADÃOS, AUTARQUIAS, ORGANIZAÇÕES: UM PAPEL ACTIVO E INFLUENTE

JF — Julga, pelo que acaba de referir, que a participação das autarquias e de outras organizações locais e regionais pode

ter um papel activo no desenvolvimento?

MLP — Digamos a verdade: o desenvolvimento só pode



MLP — Infelizmente, ainda não. É extremamente preocupante que a maioria esmagadora dos portugueses que regressam ao país o tenham de fazer trazendo consigo algumas economias que muitas vezes não sabem como investir, acabando por optarem com frequência pela única solução que se lhes depara: o depósito a prazo — apesar do juro real negativo que essa forma de «investimento» proporciona em Portugal.

Há, por isso, que esclarecer os emigrantes quando regressam tomando-os como são: uma força social cheia de potencialidades e ainda capaz de ter uma nova etapa da vida próspera e feliz.

Para que isso aconteça é necessário criar urgentemente projectos que enquadrem a capacidade dos emigrantes que regressam a Portugal. Mas esses projectos têm de ser tecnicamente apoiados e financeiramente enquadrados numa política de desenvolvimento que tenha em linha de conta as necessidades das regiões a que os emigrantes vão regressar.

JF — E qual o papel do Estado?

MLP — Fundamental e decisivo. A tendência para o regresso dos nossos compatriotas imigrados surge como consequência de medidas adoptadas por Governos estrangeiros e não, como seria natural, dentro de um processo em que o Estado português deveria ter assumido

um papel negociador activo.

É ao Estado português que compete defender os interesses nacionais. Ora, neste caso concreto, defender os interesses nacionais significa defender as pessoas concretas que formam a comunidade nacional por mais dispersa que esta se encontre. É um imperativo moral. É um imperativo político.

JF — Como sabe, muitos emigrantes reivindicam a possibilidade de voto nas eleições para a Presidência da República. O que pensa desta questão que alguns políticos consideram delicada?

MLP — Os portugueses que são obrigados a ir «lá fora buscar as suas mãos» têm o direito de estar ligados ao nosso país pelos vínculos que mais significado têm. Na medida em que o Presidente da República é o garante da unidade do Estado — e em que neste se inclui uma diáspora portuguesa — como frequentemente tem afirmado o General Ramalho Eanes — nessa medida os portugueses emigrados deveriam ter o direito de participar nas eleições presidenciais.

De qualquer modo, penso que os portugueses emigrantes poderiam desde já, relativamente às eleições presidenciais de 1985, assumir uma atitude de intervenção, apoiando as candidaturas que considerassem corresponder aos seus interesses e representassem dignamente a Nação.

ACÇÃO POLÍTICA E MODERNIDADE: AO SERVIÇO DAS PESSOAS E DA COMUNIDADE

JF — Afirmou que uma «nova cultura política» está presente em toda a Europa. Acredita a sr.^a eng.^a que, através dela, é possível, entre outras coisas, modificar o comportamento dos agentes económicos e sociais (e mesmo de muitos intervenientes políticos) de modo a conseguirem-se níveis de bem-estar desejáveis?

MLP — Afirmo mais: a Europa só encontrará solução para os seus problemas — que nos afectam directamente através dos nossos compatriotas que trabalham em outros países europeus — quando puser em acção essa «nova cultura política». O que quero dizer com isto? Que a gestão das coisas públicas é, nos nossos dias, uma tarefa que requer conhecimentos exactos das coisas e dos factos, espírito científico e organizado, cultura apta a criar novas soluções.

Isto significa que, em meu entender, não há o direito de improvisar quando estão em causa as vidas das pessoas, as suas condições de saúde e de habitação, de acesso aos estabelecimentos de ensino. Que

pensaríamos se um cirurgião se guiasse numa operação sobretudo pelo seu «faro médico»? E se um piloto de avião se deixasse guiar apenas pela sua intuição da rota?? Ora, não merecerão as pessoas, em todos os aspectos da sua vida que a acção política deve servir, o mesmo rigor que exigimos do cirurgião ou do piloto?

O progresso e a técnica existem para o bem e para o serviço do homem. O talento político é, antes do mais, a capacidade de utilizar os meios necessários para que essa finalidade humana esteja presente hoje e no futuro.

JF — Quanto aos agentes económicos e sociais?

MLP — Estou segura de que cada vez mais trabalhadores e empresários estarão dispostos a medirem os seus interesses à luz de critérios de maior modernidade, a deixarem de lado a improvisação, imprimindo maior exigência ao seu trabalho e adaptando-o às técnicas mais apropriadas. Nessas condições, estarão também mais aptos a seguirem novas regras de entendimento democrático e a

(Continua na pág. 4)

Maria de Lourdes Pintasilgo ao JF

Beira Interior: o desenvolvimento é viável



(Continuação das centrais)
estabelecerem princípios de verdadeira concertação. Quanto mais depressa se puder instaurar essa modernidade e essa concertação mais depressa se atingirão níveis de bem-estar aceitáveis.

JF — Muitas vezes se diz que a sr.ª eng.ª se coloca num plano elevado, pelo menos a nível de discurso, de uma exigência e aprofundamento cultural que torna as suas perspectivas políticas «vagas e utópicas». Isto afasta-as dos problemas do quotidiano, dos problemas que as pessoas comuns experimentam nos dias difíceis que atravessam?

MLP — Reconheço-me, sem dúvida, nesse duplo plano de exigência e aprofundamento cultural. E não tanto ao nível

das palavras como ao nível da prática, das coisas concretas que tenho a fazer. Penso que tal atitude ficou amplamente demonstrada sempre que desempenhei funções públicas.

Por isso, não posso estar de acordo com a ideia de que os critérios de exigência e aprofundamento cultural que procuro respeitar levam ao afastamento do quotidiano. Pelo contrário: a chave para uma melhor compreensão dos problemas do dia-a-dia das pessoas reside, hoje, cada vez mais, na capacidade de abertura cultural, no encontro com a realidade, no trabalho intelectual, científico mesmo, sobre essa realidade.

Perspectivas políticas «vagas e utópicas»? Não são elas características de quem, ao contrário do que acabo de dizer, se

desinteressa da vertente cultural da realidade, dessa constante «leitura» dos acontecimentos para se refugiar em posições meramente ideológicas ou, pior ainda, nos jogos de bastidores que nada têm a ver com o fim da acção política que deve ser sempre o bem-estar das pessoas e o serviço da comunidade? Não será antes «vago» (que, de utópico, no bom sentido, terá pouco!) quem reduz o país, na sua densidade humana, a um mero mapa na parede e a vida política nacional a uma folha de orçamento antiquado? Não será antes «vago» quem fala de «inflação» e de outras expressões igualmente tecnocráticas, encobrimdo um triste desconhecimento do que o aumento do custo de vida significa na vida das pessoas?